



Política de
Privacidade

2º Tabelionato de Notas de Maringá/PR

Deseja ter esta política em
seu celular? Leia o QR CODE



TERMO DE POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Seja bem-vindo a política de privacidade do Cartório Rocha Loures - 2º Tabelionato de Notas da cidade de Maringá/PR. Nesta política você compreenderá como seus dados pessoais são tratados e para quais finalidades eles são utilizados.

Reforçamos, aqui, o nosso compromisso de respeitar o direito à privacidade e a proteção dos dados pessoais. Em nossa Serventia Extrajudicial tratamos os dados pessoais de nossos Titulares conforme os preceitos da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD) e alterações posteriores, bem como os provimentos e resoluções dos órgãos aos quais estamos subordinados.

Para você entender como os seus dados pessoais são tratados, vamos te contar um pouco mais sobre que fazemos aqui no Cartório Rocha Loures - 2º Tabelionato de Maringá/PR.

INICIAMOS COM UM BREVE ESCLARECIMENTO SOBRE ALGUMAS TERMINOLOGIAS LEGAIS, PARA O SEU MELHOR ENTENDIMENTO (ARTIGO 5º DA LEI 13.709/2018):

Dado Pessoal: Informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.

Dado Pessoal Sensível: Dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural

Tratamento: Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração

Titular: Pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.

Controlador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.

Operador: Pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Encarregado: Pessoa indicada pelo controlador e operador para atuar como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

Autoridade Nacional: Órgão da administração pública responsável por zelar, implementar e fiscalizar o cumprimento desta Lei em todo o território nacional.

QUEM SOMOS E O QUE FAZEMOS?

O Cartório Rocha Loures - 2º Tabelionato de Notas de Maringá/PR é uma Serventia Extrajudicial que no exercício de suas atribuições auxilia os seus Clientes com o oferecimento de alguns serviços, tais como: emissão de certidões de escrituras e procurações, reconhecimentos de firmas, alteração de

Política de **Privacidade**

estado civil (de forma consensual), alienação de bens, escrituração de imóveis, registro de testamentos, entre outros, garantindo a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos praticados de acordo com as Leis e regulamentações normativas que legitimam a prestação dos serviços executados, em especial a Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos), Lei 8.935/94 (Lei dos Notários e Registradores),

Código de Normas do Estado do Paraná, Provimentos do Conselho Nacional de Justiça, entre outros

DADOS PESSOAIS COLETADOS, SUAS FINALIDADES, RETENÇÃO E DESCARTE

CANDIDATO À VAGA

Coletamos o currículo entregue pelo Titular à Serventia Extrajudicial. Sempre que houver vaga a ser preenchida o currículo armazenado é selecionado a fim de que o Titular participe do procedimento de recrutamento e seleção da vaga disponibilizada.

A base legal utilizada para o tratamento do currículo está prevista no artigo 7º, V da LGPD. **Esta Serventia Extrajudicial não trata currículo com foto.**

Controlador adota a seguinte política de retenção e descarte dos dados pessoais curriculares:

1. currículo sem interesse do Controlador é descartado de imediato;
2. currículo em que há interesse do Controlador é tratado pelo prazo de até 12 meses, do recebimento, podendo ter o seu prazo renovado a pedido do Controlador, via e-mail;
3. currículo escolhido para o procedimento de seleção e recrutamento em que o candidato não preencheu os requisitos para aquela determinada vaga, naquele momento, porém há interesse do Controlador no Candidato para participação deste num futuro procedimento de seleção e recrutamento, é tratado pelo período de 12 meses, informando o Candidato, a partir desta data; e
4. currículo de candidato selecionado e aprovado para a vaga de emprego fica sob a guarda do Controlador juntamente com os demais documentos de registro e contratação do empregado até a sua dispensa e/ou pedido de demissão.

CLIENTE

Coletamos somente os dados pessoais necessários a fim de executar o serviço requerido pelo Titular (www.rochaloures.com.br/documentos)

A base legal utilizada para o tratamento dos dados pessoais do Cliente está prevista na Lei 8.934/94, na Lei 6.015/73 e no artigo 7º, II, artigo 11, II, “a” e artigo 23, “caput”, parágrafo 4º

A eliminação dos dados do Cliente ocorre de acordo a Lei 8.159/91 respeitada a tabela de temporalidade estabelecida no Provimento nº 50/2015 do CNJ.

PRESTADORES DE SERVIÇOS

Coletamos os seguintes dados pessoais: nome completo do responsável pelo serviço, contato telefônico e/ou eletrônico, e dados contratuais, sempre que necessário; a fim de acompanhar e realizar o pagamento do serviço prestado à Serventia Extrajudicial.

Política de **Privacidade**

A base legal utilizada para tratamento dos dados pessoais dos prestadores de serviços está prevista no artigo 7, V da LGPD.

Os dados pessoais do Prestador de Serviços são retidos pelo prazo de até 5 anos após o encerramento do contrato (art. 206, parágrafo 5º do CC, art. 16, I, LGPD, Lei 8.935/94 e provimento nº 50/2015 do CNJ).

COLABORADOR EMPREGADO

Coletamos os dados pessoais necessários para o preenchimento da ficha de registro do empregado bem como para o e-Social, a fim de regularizar a contratação do colaborador empregado.

A base legal utilizada para tratamento dos dados pessoais do colaborador empregado está prevista no artigo 7º, II, artigo 11, II, “a” da LGPD, artigo 41, artigo 74, parágrafo 2º da CLT e Lei 8.373/2014.

Os dados pessoais do colaborador empregado são tratados pelo Controlador até a sua dispensa ou pedido de demissão, respeitadas as exigências legais de guarda decorrentes das legislações trabalhistas e previdenciárias.

SISTEMA DE VÍDEOVIGILÂNCIA

Coletamos as imagens das pessoas que frequentam o ambiente da Serventia a fim de assegurar a proteção da vida ou da incolumidade física do titular ou de terceiros.

A base legal utilizada para tratamento dos dados pessoais das imagens do Titular que frequenta o ambiente da Serventia está prevista no art. 11, II, “e” da LGPD e Diretriz 03/2019 EDPB (European Data Protection Board) - sobre tratamento de dados pessoais através de dispositivos de vídeo.

A manutenção das imagens é temporária e ocorre pelo período de 15 dias a contar da coleta da imagem pelo Controlador, após, são automaticamente descartadas.

A retenção dos dados pessoais tratados por esta Serventia Extrajudicial é realizada para alcançar a finalidade específica pretendida. Quando alcançamos esta finalidade, o seu dado é descartado. Nos casos de cumprimento de obrigação legal ou regulatória a manutenção dos dados pessoais respeitará o prazo de guarda legal pertinente.

Respeitamos sempre seus direitos supracitados e em caso de solicitação de exclusão, especialmente para o Candidato à vaga, atenderemos prontamente seu pedido de descarte.

COM QUEM COMPARTILHAMOS OS SEUS DADOS PESSOAIS?

O compartilhamento de dados pessoais é realizado somente quando necessário para alcançar a finalidade específica de cada tratamento.

Não há compartilhamento para tratamento de dados pessoais: dos candidatos à vaga, dos prestadores de serviço e do sistema de videovigilância.

Há compartilhamento para tratamento de dados pessoais: de cliente, a fim de executar os serviços requeridos e, de colaborador empregado, a fim de regularizar a situação contratual do mesmo; no cumprimento de obrigação legal ou regulatória do Controlador.

Política de **Privacidade**

Seus principais Operadores de dados são:

- Secretaria da Receita Federal do Brasil;
- Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF;
- Colégio Notarial do Brasil – CNB
- Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados -
- Empresa de tecnologia que presta o serviço de software ao Controlador;
- Empresa de tecnologia que presta serviço de hospedagem em nuvem e Backup local e em nuvem;
- Empresa que presta serviço contábil (departamento pessoal) ao Controlador;
- Empresa que operacionaliza o cartão alimentação aos colaboradores empregados do Controlador;
- Empresa que operacionaliza os exames admissional, periódico e demissional do colaborador empregado do Controlador; e
- Instituição Bancária.

Informamos que nossos fornecedores e parceiros são pessoas idôneas que trabalham e enfrentam conosco, há longos anos, as alterações legislativas e inovações tecnológicas sempre com muito empenho, dedicação e profissionalismo.

Como a **ÉTICA** e a **PRIVACIDADE** são valores importantes para nós, estamos atentos a trabalhar com Operadores que desenvolvam os seus trabalhos desta maneira, a fim de proteger o tratamento de dados pessoais dos nossos Titulares, assim como fazemos.

QUAIS SÃO OS DIREITOS DOS TITULARES QUE PODEREMOS EXERCER?

O Cartório Rocha Loures - 2º Tabelionatos de Notas de Maringá/PR coletam somente os dados pessoais necessários do Titular a fim de cumprir a finalidade específica para cada tratamento.

A Lei Geral de Proteção de Dados elenca, em seu Artigo 18, direitos que podem ser exercidos pelo Titular por meio de requisição/solicitação ao Controlador que trate os seus dados pessoais.

Destacamos, entretanto que o Cartório Rocha Loures 2º Tabelionato de Notas de Maringá/PR é uma Serventia Extrajudicial, e como tal, quando da execução típica do seu serviço, está sujeita a um regime híbrido de tratamento de dados, exercendo privativamente uma função pública em regime de delegação (artigo 236, CF).

Diante deste destaque informamos que alguns direitos solicitados poderão sofrer restrições legais para o seu atendimento, mas isso não será um problema, pois estaremos informando e esclarecendo o Titular à respeito, quando da solicitação.

Seguem informações sobre os direitos que poderão ser gratuitamente solicitados pelo Titular de Dados ao Controlador atendendo aos seguintes critérios:

- I. No site da serventia, em **LGPD**, você encontra o **CANAL DE SOLICITAÇÃO DE TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS**;
- II. Você deverá preencher o formulário de solicitação de direito de Titular contido no website do Cartório em LGPD, localizado na Via de Solicitação de Direito de Titular de Dados Pessoais;
- III. Preenchido o formulário você deve enviá-lo para o respectivo endereço eletrônico: privacidade@rochaloures.com.br ; e

Política de **Privacidade**

IV. A sua solicitação será respondida no prazo indicado nas instruções do formulário, a depender do requerimento feito

CONFIRMAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE TRATAMENTO (ART.18, I DA LGPD)

Você exerce este direito quando quer saber se a Serventia Extrajudicial trata os seus dados pessoais. Se você é ou foi um colaborador empregado, cliente, prestador de serviço que já se relacionou contratualmente com esta Serventia Extrajudicial, ou se você já nos encaminhou o seu currículo, o Controlador pode confirmar a existência de tratamento de seus dados, respeitado sempre o tempo de guarda necessário para o tratamento.

ACESSO AOS DADOS (ART.18, II DA LGPD)

Você exerce o seu direito de saber quais são os dados pessoais tratados pela Serventia Extrajudicial a seu respeito.

CORREÇÃO DE DADOS INCOMPLETOS, INEXATOS OU DESATUALIZADOS (ART.18, III DA LGPD)

Você poderá requerer a correção dos seus dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados.

ATENÇÃO: Para solicitação feita pelo Cliente, informamos que há disposições legislativas específicas para retificação de dados em registros, averbações ou anotações públicas que devem ser respeitadas.

ANONIMIZAÇÃO, BLOQUEIO OU ELIMINAÇÃO DE DADOS DESNECESSÁRIOS, EXCESSIVOS OU TRATADOS EM DESCONFORMIDADE (ART.18, IV DA LGPD)

Se estivermos tratando dados desnecessários, excessivos ou em desconformidade com a Lei, você pode solicitar a anonimização, bloqueio ou eliminação desses dados.

ATENÇÃO: Para a solicitação feita pelo Cliente, informamos que os dados de Registro Público são de INTERSSE PÚBLICO e não poderão ser anonimizados ou eliminados sob pena de comprometer o arquivo público constituído.

O Controlador, todavia, ressalva a possibilidade de anonimização para as hipóteses de utilização dos dados para fins em pesquisas jornalísticas, científicas ou afins.

PORTABILIDADE DOS DADOS A OUTRO FORNECEDOR DE SERVIÇO OU PRODUTO, MEDIANTE REQUISIÇÃO EXPRESSA, DE ACORDO COM A REGULAMENTAÇÃO DA AUTORIDADE NACIONAL, OBSERVADOS OS SEGREDOS COMERCIAL E INDUSTRIAL (ART.18, V DA LGPD)

Você pode requisitar a portabilidade dos seus dados, que será atendida sempre que houver a possibilidade legal de fazê-la.

Esclarecemos que a portabilidade de dados não se enquadra aos serviços atribuídos as Serventias Extrajudiciais, pois essas não se equiparam a fornecedora de serviços ou produtos como as empresas da iniciativa privada.

ELIMINAÇÃO DOS DADOS PESSOAIS TRATADOS COM O CONSENTIMENTO DO TITULAR (ART.18, VI)

Política de **Privacidade**

Você poderá requisitar a eliminação dos dados pessoais tratados com o seu consentimento. A Serventia Extrajudicial não procederá com a eliminação, somente, ocorrerá nos casos em que a lei a permitir eliminar.

INFORMAÇÃO DAS ENTIDADES PÚBLICAS E PRIVADAS COM AS QUAIS A SERVENTIA EXTRAJUDICIAL REALIZA O USO COMPARTILHADO DE DADOS (ART.18, VII DA LGPD)

Esta informação já consta deste Termo de Política de Privacidade no Tópico: com quem compartilhamos os seus dados pessoais, porém esta Serventia Extrajudicial respeita o direito do Titular de Dados em solicitar esta informação que será respondida

INFORMAÇÃO SOBRE A POSSIBILIDADE DE NÃO FORNECER CONSENTIMENTO E SOBRE AS CONSEQUÊNCIAS DA NEGATIVA (ART.18, VIII DA LGPD)

Informamos que quando a coleta de dado pessoal estiver atrelada ao consentimento do titular para a fim de assegurar um tratamento ou executar um serviço, o Titular de dados será informado sobre a possibilidade de não fornecimento do consentimento, deixando sempre claro para o Titular que a negativa do consentimento poderá refletir em impedimento de execução de alguma ação, no que tange ao tratamento do dado, pela Serventia Extrajudicial.

REVOGAÇÃO DO CONSENTIMENTO (ART.18, IX DA LGPD)

Você pode solicitar a revogação do consentimento somente para os casos em que foi concedido para determinados tratamentos de dados pessoais.

Esclarecemos que o Titular será informado que, em determinados casos, a revogação poderá implicar na impossibilidade de execução do serviço.

BOAS PRÁTICAS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

Trabalhamos constantemente na proteção do tratamento de dados pessoais, implementando **uma CULTURA DE PROTEÇÃO DE DADOS** entre os nossos colaboradores e Operadores.

Entendemos que a segurança que oferecemos caminha junto com a **ÉTICA** e o **RESPEITO** no tratamento dos dados coletados.

Os colaboradores empregados e os Operadores estão cientes de que são titulares dos dados que esta Serventia Extrajudicial trata e que, respeitando o tratamento de seus próprios dados, têm o dever social e legal de respeitar os dados pessoais dos demais titulares tratados pelo Controlador.

O Controlador entende que as medidas de proteção também envolvem ajustamentos contratuais e operacionais de todos os que se relacionam com a Serventia Extrajudicial, a fim de proteger e respeitar os dados pessoais aqui tratados.

Medidas técnicas de segurança da informação, visando evitar e/ou diminuir incidentes e vazamentos, são observadas, bem como aplicadas e estão em constantes análises e aprimoramentos para melhor servir a execução dos serviços realizados e a proteção do tratamento dos dados pessoais pela nossa Serventia Extrajudicial.

USO DE COOKIES

Acesse aqui a nossa política de gestão de cookies (www.rochaloures.com.br/cookies)

ATUALIZAÇÃO DESTES TERMOS DE POLÍTICA DE PRIVACIDADE

Política de **Privacidade**

Sempre que surgir alguma alteração e/ou algum novo processo relacionado ao tratamento do dado pessoal desta Serventia Extrajudicial a nosso Termo de Política de Privacidade será atualizado. Caso você tenha alguma dúvida ou queira fazer alguma solicitação, fale com o nosso encarregado de dados por meio do seguinte e-mail:

Encarregado: Alesandra Alves Forcelli

E-mail: privacidade@rochaloures.com.br

Última atualização. Maringá/Pr. 21 de fevereiro de 2023.